

A vanguarda marxista nos estudos sobre a deficiência

The Marxist vanguard in "Disability Studies"

Ana Souza Pereira*

Resumo

O artigo tem como objetivo recuperar o protagonismo histórico marxista na formulação de uma teoria social da deficiência que revolucionou o reconhecimento político das pessoas com deficiência e a tendência pós-moderna de tentar apagá-lo. Assim, se propõe a desfazer algumas das críticas acerca de uma falaciosa insuficiência para o debate e convoca os pesquisadores marxistas contemporâneos a se debruçar sobre o tema.

Palavras-chave: Marxismo; Estudos sobre a deficiência; deficiência; pessoas com deficiência

Abstract

The article aims to recover the Marxist historical protagonism in the formulation of a social theory of disability that revolutionized the political recognition of disabled people and the postmodern tendency to try to erase it. So, it proposes to undo some of the critics about a fallacious insufficiency for discussion and invites contemporary Marxist researchers to study the issue.

Keywords: Marxism; Disability Studies; disability; disabled people

*Assistente Social, atualmente mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (UFF) e estudante do curso técnico em Interpretação e Tradução de Libras (Colégio Pedro II). E-mail: anasp@id.uff.br

Precursos do modelo social, primeira geração de teóricos, materialistas históricos... marxistas. Estes são alguns dos nomes que quem estuda sobre a deficiência tem de recorrer para remontar o marco histórico do reconhecimento político das pessoas com deficiência a partir de uma teoria revolucionária: o surgimento dos *Disability Studies* (estudos sobre a deficiência).

A insuficiência da disponibilidade da tradução para o português dos pioneiros autores marxistas pôs os pesquisadores que não se apropriam da expropriadora língua inglesa, em um circuito fechado de leituras enviesadas, o que, pouco a pouco, esvaziou a perspectiva revolucionária da apreensão da questão da deficiência. A aproximação no Brasil destes autores, feita por outros que deliberadamente rejeitam o pensamento marxista, apresentou uma crítica rasa, a um suposto determinismo que via de regra confundiu-se com a crítica e conseqüente negação ao marxismo em si.

A maior parte dos textos brasileiros publicados acerca da temática tem como referência a mesma obra de Débora Diniz (2007), *O que é deficiência*, pertencente à Coleção Primeiros Passos. Um texto introdutório, como propõe a coleção de livros de bolso, mas que encapsula uma tendência, mais explícita posteriormente, de desapropriar os marxistas da vanguarda da teoria que revolucionou a história das pessoas com deficiência.

Diniz (2007) confunde o que os marxistas entendem por capitalismo. Não reconhece suas categorias centrais de análise e atribui a eles o entendimento do capitalismo meramente por sua dimensão ideológica para depois formular: “hoje, a centralidade no materialismo histórico e na crítica ao capitalismo é considerada insuficiente para explicar os desafios impostos pela deficiência em ambientes com barreiras” (DINIZ et al., 2009, p.68). Ora, o que entendemos do modo de produção capitalista é justamente sua “complexa realidade sociocultural, em cuja formação e evolução histórica concorreram vários fatores extra econômicos (do direito e do Estado nacional à filosofia, à religião, à ciência e a tecnologia)” (FERNANDES, 2008, p.23).

A autora reconhece então a vanguarda dos marxistas na proposição do que difundiu-se como “modelo social (britânico)” mas estabelece uma sequenciação em gerações da teoria desse modelo, que, após as críticas a esses autores, mesmo descrevendo-as como não necessariamente opostas ao marxismo, os coloca numa posição superada. Nota-se então, que a partir dessas leituras, muitas das obras consideram a perspectiva inaugural da teoria como ultrapassada, e demonstram ignorância acerca do método materialista histórico dialético, sendo a incapacidade de

nomear os autores prova disso. Há até quem proponha uma dicionarização da deficiência para o marxismo citando Butler, Bourdieu, Foucault...

A cultura e os limites da traduzibilidade – muito bem apresentados por NEPOMUCENO et al. (2020) – parecem obsolescer a contribuição marxista. As terminologias, quando traduzidas do inglês, língua fonte destes marxistas, para o português não encontram equivalências positivas ou ao menos neutras na nossa cultura. Assim, o que a teoria revoluciona ao diferenciar “*impairment*”, “*disabled people*” e “*disability*”, é deveras ambígua na nossa língua: *impedimento* ou *lesão*, traduzindo a primeira, a descrição neutra da materialidade no corpo, são termos excessivamente biomédicos e preferivelmente chamados por *deficiência* (ex. deficiência física, motora, sensorial, intelectual etc); a segunda, pessoas deficientes, entendemos como pejorativa, e é substituída pela expressão *pessoas com deficiência*; enquanto a última, talvez a equivalência mais completa, – embora desabilitado, traduzido diretamente do *disability*, equivalha mais à incapacitado que deficiente –, *deficiência*, mas que pela frequência em que é usada não é capaz de demarcar sua produção social.

Reconhecemos então que a cultura nacionalmente assimilada, a partir da luta das pessoas com deficiência pelo reconhecimento político, considera politicamente mais adequada a categoria “pessoas com deficiência”, muito embora Barnes, um dos precursores do movimento, defendesse que a expressão equivalente “*people with disability*” reduzia ao campo individual a experiência da deficiência:

Barnes: Se usamos a expressão – e eu sei que isso é problemático para além do Reino Unido – “pessoas com deficiência”, indicamos ser este um problema individual. Agora, se é dito “pessoas deficientes”, então “deficiente” significa deficiente. Mas a forma como se descreve que elas se tornaram deficientes está aberta à discussão. É possível dizer: “Bem, elas são deficientes por causa do impedimento”. Eu preferiria dizer: “Essas pessoas são deficientes por causa da sociedade”. Mas, voltando à questão sobre como definir uma pessoa deficiente, isso também é problemático, porque toda pessoa que quer ter acesso a benefícios sociais por deficiência tem de dizer quais são seus impedimentos. (...)

É, caso se pense na expressão “pessoas deficientes”, então posso dizer que sou deficiente, seja pelo meu impedimento, seja pela sociedade. Se digo por causa do impedimento, então aceito pressupostos tradicionais negativos sobre a deficiência. Se digo que sou uma pessoa deficiente, tenho orgulho disso, porque sou deficiente por causa da sociedade e quero mudar a sociedade. (DINIZ, 2013, p.242).

Desse modo, entendemos que recobrar categorias politicamente superadas em nossa cultura seria um retrocesso, mas isto não incorre de modo algum na superação da contribuição marxista, pois é a única que até hoje apresenta ferramentas emancipatórias. É imperativo que nos apropriemos da produção seminal dos marxistas nos estudos sobre

a deficiência para não permitirmos seu apagamento, combatendo as críticas, e reivindicando historicamente nosso papel.

Teoria social da deficiência ou modelo social

Estes já citados estudos sobre a deficiência contribuíram para uma guinada teórica histórica no entendimento da questão da deficiência, propositalmente indicados por seus precursores como ferramenta para uma investigação emancipatória, retirando-a do campo exclusivo dos saberes biomédicos – cuja materialização na reprodução social sujeitava as pessoas com deficiência à institucionalização, reabilitação e/ou medicalização – para o campo das pesquisas sociológicas e políticas, instaurando uma perspectiva difundida como “modelo social”, que realocou a experiência da deficiência na sociedade e sua incapacidade de responder às necessidades da diversidade humana, e não na dimensão individual.

Paul Hunt, que já havia publicado o livro “Estigma: A Experiência da Deficiência”, em 1966, sobre a institucionalização, submeteu ao *The Guardian* uma carta em 1972, denunciando o autoritarismo das instituições que isolavam as pessoas com deficiência e convocando o público à formação de um grupo para levar ao Parlamento “as ideias das pessoas que, hoje vivem nessas instituições e das que potencialmente irão substituí-las” (HUNT, apud DINIZ, 2007, p.14). Essa carta do leitor propiciou o fecundo encontro de um grupo de pessoas com deficiência, entre eles os sociólogos Mike Oliver, Colin Barnes, Vic Finkelstein e Paul Abberley, que três anos depois fundou a *Union of Physical Impairment Against Segregation* (UPIAS), a primeira organização política de pessoas com deficiência - por e não só para elas.

Esse movimento penetrou e extrapolou os muros acadêmicos. Em menos de 15 anos já existiam cursos de pós-graduação, fóruns, circulação da Revista “*Disability, Handicap and Society*” depois nomeada “*Disability and Society*”, e também a incorporação da narrativa do modelo social nas disputas políticas.

Ao mesmo tempo em que fervilhavam estas discussões, em 1980, a Organização Mundial de Saúde (OMS) lançou a *International Classification of Impairment, Disability and Handicap* (ICIDH) sem consulta aos movimentos, reiterando a perspectiva do modelo médico. A proposta era de unificar terminologias para fins comparativos de saúde¹. Entendia-se *impairment* como “perda ou anormalidade

¹ Não obstante, essa mesma necessidade de adequação aos organismos internacionais hoje fez retroceder a garantia do acesso via ações afirmativas nas universidades federais entre outros direitos conquistados pela classe trabalhadora. Em 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adotou a nota de corte do Grupo de Washington, subdimensionando o número de pessoas que são consideradas com deficiência no Brasil, impactando consequentemente nos cálculos de reservas de vagas.

psicológica, fisiológica ou anatômica de estrutura ou função”; *disability* como “impedimento à capacidade de executar alguma atividade” e *handicap* “a desvantagem individual, causada por um impedimento, que limita a pessoa a cumprir um papel considerado normal”. Oliver e Barnes (1998) criticaram a ICIDH sob cinco aspectos: 1. ausência da representatividade de pessoas com deficiência na construção do documento; 2. o fundamento moral do conceito de “normalidade”; 3. a relação de causalidade estabelecida entre impedimento e deficiência; 4. a banalização da intervenção no corpo com deficiência, entendido como doente; e 5. sua dimensão política conservadora, que recoloca na pessoa com deficiência a experiência enquanto tragédia pessoal, e não seu entendimento social. A pressão da classe trabalhadora foi tanta, que, a OMS foi obrigada a reformular e lançar em 1991 a *Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde* (CIF) integrando as compreensões do modelo social e médico, priorizando uma abordagem “biopsicossocial”² da deficiência.

O manifesto da UPIAS, publicado em 1976, redefiniu ontologicamente a deficiência, sob uma base teórica materialista histórica. Cujo elemento central encontra-se na diferenciação entre o que podemos traduzir por incapacidade, lesão/impedimento e deficiência. Demonstra:

“A nosso ver, é a sociedade que desabilita deficientes físicos. A deficiência é algo imposto sobre nossos impedimentos pela forma como somos desnecessariamente isolados e excluídos da plena participação em sociedade. Pessoas com deficiência são, portanto, um grupo oprimido na sociedade. Para entender isso, é necessário compreender a distinção entre o impedimento físico e a situação social, chamada de ‘deficiência’. Assim, definimos impedimento como falta de parte ou de todo um membro, ou a existência de um membro defeituoso, órgão ou mecanismo do corpo; e deficiência como desvantagem ou restrição de atividade causada por uma organização social contemporânea que leva pouco ou nada em conta as necessidades das pessoas com deficiências físicas e, portanto, as exclui da participação nas principais atividades da vida social. A deficiência física é, portanto, uma forma particular de opressão social”. (UPIAS, 1976, pp.3-4)

A compreensão de que é na sociabilidade do modo de produção capitalista que se encontram as condições que incapacitam as pessoas e não em seus corpos, não nega a especificidade biológica, mas a complexifica, ao perceber que os efeitos desta só "são aparentes em sociedades reais e contextos históricos específicos, cuja natureza é determinada por uma interação complexa de fatores materiais e não-materiais" (ABBERLEY, 1987, p.12). Nesta obra, o autor apresenta uma teoria da deficiência que reconhece a produção social das “lesões”, reconhecendo sim que estas imputam

² Destaca-se, que esta abordagem biopsicossocial da deficiência também foi incorporada na Lei nº 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão, que determina que até 2018, estamos em 2023 e ainda não se concretizou, a avaliação da deficiência, para fins de contemplação em políticas deva seguir este critério.

desvantagens “sociais, econômicas, ambientais e psicológicas” assim como a resistência a estas desvantagens, reafirmando a dimensão da questão social.

Enquanto teoria social, pouco interessa discorrer sobre a condição corporal ou intelectual que uma ou outra deficiência pode manifestar, ou impedimento/lesão em si – campo de interesse e instrumental analítico da medicina – mas como determinada formação sócio-histórica pode propiciar a produção de deficiências específicas. Engels, no capítulo “Os diferentes ramos da indústria: os operários fabris em sentido estrito”, em *A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra (1845)*, retrata extensamente como a exploração do trabalho nas fábricas acarreta em doenças e deficiências quer seja pelas condições insalubres, pela excessiva jornada de trabalho, ou pelos acidentes com os maquinários. Cabe ressaltar a atenção especial que dá às crianças, que quando não desenvolviam raquitismo pela subnutrição, podiam desenvolver mais tarde “escoliose da coluna vertebral” (SHARP, apud Engels, 2010, p.190) devido a exploração do trabalho infantil.

Do mesmo modo também se entende que as guerras imperialistas do capitalismo produziram em larga escala deficiências, os que não morreram, voltaram com sequelas, físicas e psíquicas – e por que não pensarmos que a guerra às drogas que vivenciamos contemporaneamente na periferia do capitalismo também alija anualmente muitos dos nossos, envolvidos nos conflitos ou apenas “vítimas de balas perdidas”?

Essas demonstrações explicitam um elemento fundamental dos estudos sobre a deficiência presente nestes autores: a compreensão de que um “impedimento” pode ser adquirido no decorrer da vida. Por isso também, estes teóricos se propuseram a formular ideias mais generalizadas acerca da deficiência. Essa é uma crítica ambígua que os estudos pós-modernos fazem: enquanto uns afirmam que os marxistas pouco alteraram elementos do modelo médico, quando se esforçam na diferenciação de impedimento/deficiência, outros criticam uma suposta desmaterialização do corpo com deficiência – a atribuição neutra ao impedimento e sua manifestação corporal. Todavia, o interesse dos materialistas históricos, enquanto método, é justamente de apreender a totalidade, ao invés de reproduzir a fragmentação positivista na diferenciação das deficiências. Para Oliver e Gerry, esta formatação de compreender o todo em suas partes, embebidas das fontes biomédicas, serve como “tática deliberada” para a desmobilizar o conjunto das pessoas com deficiência, tática comumente reproduzida pelo Estado burguês:

“O Estado oferece benefícios de impostos aos cegos, mas não a outros deficientes; benefícios de transporte àqueles que não podem andar, mas não para aqueles que podem; maiores benefícios financeiros para aqueles que

sofreram acidentes no trabalho do que para aqueles com lesões congênitas. Isto não é sem intenções, mas uma tática deliberada que o Estado desenvolveu para lidar com outros grupos e a qual pode ser resumida na regra ‘dividir para governar’” (OLIVER; GERRY, apud DINIZ, 2007, p.38)

Portanto, não se trata de negar que as necessidades humanas são diversas e que devam ser respondidas em suas especificidades, seguindo a premissa marxiana de “a cada um segundo sua necessidade”. Este é o princípio da equidade. Trata-se de uma reinscrição no âmbito das relações sociais: o atendimento às necessidades específicas, não pode ser a finalidade última, posto que essas e as demais necessidades são produzidas na sociabilidade capitalista.

Hoje, a categoria capacitismo nos fornece subsídios necessários para o entendimento da deficiência como forma de opressão social, estrutural e estruturante do modo de produção capitalista, tal qual o patriarcado e o racismo. Assimilar uma opressão como estrutural é transmutá-la da experiência de cada indivíduo, ao sofrer discriminação ou ser interposto pelas barreiras sociais, para sua (re)produção social fundamental para manutenção do modo de produção vigente. O capacitismo, enquanto tal, advém da produção social de corpos capazes ou incapazes para a exploração pelo trabalho. Marx, ao analisar a superpopulação relativa, produto do sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora que desocupa outra parte que por sua vez pressiona àquela primeira justamente ao sobretrabalho, circunscreve a situação dos “degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho” (MARX, 1996, p.273), na formação do *lumpemproletariado*.

É daí que outra crítica estapafúrdia tem sido direcionada: alegam que os precursores da teoria do modelo social supervalorizam o trabalho. Ora, ninguém acusa os linguistas de pensarem demais na língua. A categoria trabalho é central para o materialismo histórico dialético, pois é a gênese do ser social, é a partir do trabalho – atividade exclusivamente humana que transforma a natureza com um fim pré idealizado para responder às suas necessidades – que modificamos não só a natureza, mas a nós mesmos, num movimento dialético em que a própria criação de objetos produz a sua necessidade de uso, seu valor social, e as relações sociais que permeiam. Como o ser social é criado a partir do trabalho e as relações sociais se desenvolvem ao mesmo passo em que se desenvolvem as forças produtivas, cada formação social – em tempo e local – produzirá um ser social baseado no modo de produção dominante. Consequentemente, com o desenvolvimento simultâneo das relações sociais e das forças produtivas, cada realidade sócio-histórica desenvolve sua economia, modo de produção e reprodução, forma de Estado, classes e ideologias etc. Santos (2019) contribui enormemente:

Na perspectiva de totalidade é vital entender o trabalho como fundante do ser social e um conjunto articulado de mediações históricas que possibilitam apreender que “[...] a personalidade resulta da elevação das capacidades humanas como consequência indireta do desenvolvimento do processo de trabalho e, mesmo que por muitas mediações, tem sempre o trabalho como sua base ontológica fundamental” (COSTA, 2007, p. 19).” (SANTOS, 2019, p.77)

Portanto, a centralidade do trabalho, não é, para os materialistas históricos, a incorporação ao mercado de trabalho no modo de produção capitalista, como ignorantemente supõe Diniz: “a luta política era por retirar as barreiras e permitir a participação dos deficientes no mercado de trabalho” (DINIZ, 2007, p.60), do contrário, ela pressupõe o fim da sociedade burguesa, cuja exploração do trabalho da classe trabalhadora deflagra a luta de classes. Quem propõe reformas que não questionam esta sociabilidade, mas a manifestação de uma ou outra expressão da questão social são os pós-modernos.

Entretanto, a crítica feminista que a mesma autora apresenta, libertando-a do cariz enviesado, é necessária: a ideia de que a subsunção do capitalismo e suas barreiras promoverá a liberdade e independência das pessoas com deficiência, ignora o fato de que na diversidade de deficiências há aquelas que em que a independência é inalcançável mesmo com a dissolução das barreiras – para estas, a liberdade é a dependência dos cuidados. Os teóricos iniciais se recusaram a incorporar essa discussão considerando que ela reiteraria a concepção de que as pessoas com deficiência são incapazes. Eles ignoraram ou desconheciam que essas mulheres que reivindicavam esta reinterpretação representavam uma parte da classe trabalhadora cujo trabalho é explorado mas não assalariado, nem entendido nesses termos: o trabalho doméstico. Saffioti (1978), autora marxista, o trabalho doméstico não remunerado é o elemento principal da exploração das mulheres na sociedade de classes.

A contribuição feminista é uma convocatória urgente ao marxismo para incorporar os debates à luta anticapitalista. O chão dos movimentos sociais já experiencia a participação do mesmo lado das trincheiras por feministas, negros, lgbtqi+, e os debates na produção científica pós moderna tem formulado a teoria *Crip*³, uma perspectiva que coaduna a pauta feminista, *queer* e das pessoas com deficiência. Se considerarmos, como consideramos, o capacitismo como uma opressão estrutural, é imperativo que a pauta anticapacitista seja incorporada pela luta anticapitalista.

³ Ver GAVÉRIO (2015) e (2016) acerca das interseções das teorias feministas e de sexualidade e corpos de pessoas com deficiência. “Medo de um Planeta Aleijado? Notas Para Possíveis Aleijamentos Da Sexualidade” e FEMINIST, QUEER, CRIP, respectivamente.

Unidade da diversidade

Santos (2019) apreende que este fenômeno que tratamos até aqui, da negação pós-moderna e apropriação da teoria social nos moldes que lhe serve, relaciona-se com o desligamento de boa parte das esquerdas da programática marxista, a partir da crítica que o superdimensionamento da esfera econômica não comportava as lutas das mulheres, negros, lgbtqia+, etc. Priorizando então, análises da realidade com ênfase no cotidiano, direitos humanos e da cultura – dissociados da forma como são produzidos socialmente. Alega-se “a impossibilidade de entendimento da realidade e da diversidade a partir de uma perspectiva de totalidade.” (SANTOS, p.73)

O que a autora nos ilustra é que a perspectiva da totalidade não nega a diversidade humana, mas a compreende a partir do seu caráter social: como característica de um indivíduo que é necessariamente “um ser histórico em suas relações concretas de existência” (idem, p. p.77). Para ela, é na sociabilidade capitalista que esse indivíduo, cuja diversidade é componente ontológico, é interpelado também por outras formas de opressão além da exploração capitalista. E assim,

A classe como unidade na diversidade é especificada, ela própria, pela autonomia dos indivíduos que a compõem. Pensá-la como matriz única a partir da qual se constituem os indivíduos como sua repetição em nível do micro é não entendê-la como produto da multiplicidade desses indivíduos. A classe é, portanto, um coletivo de indivíduos. Coletivo que deve ser enriquecido pela história empírica desses indivíduos enquanto construtores das racionalidades sociais (DIAS,1996, p.39).

A diversidade, portanto, não se contrapõe à luta de classes, mas a enriquece. E o materialismo histórico dialético é o único método que viabiliza a possibilidade de apreender a realidade em suas múltiplas determinações. De outro modo, aceitamos a premissa pós-moderna de que o mundo é “um pastiche de fragmentos e diferenças” (WOOD, 2006, p. 205).

Para Wood, não há paradoxo para os socialistas em relação à diversidade – não há dúvida que exista ou que as opressões precisam ser abolidas (idem, p.220). Mas do contrário, a luta emancipatória fragmentada, que divulga a ideia de que não somos suficientes por sermos restritos demais, diz-se inclusiva mas realiza-se pelo oposto: “Em vez das aspirações universalistas do socialismo e da política integradora da luta contra a exploração de classe, temos uma pluralidade de lutas particulares isoladas que terminam na submissão ao capitalismo”. (WOOD, 2006, p, 223).

Referências

- ABBERLEY, P. The concept of oppression and the development of a social theory of disability. *Disability, Handicap & Society*, 1987
- DIAS, Edmundo Fernandes. Cidadania e racionalidade de classe. In: *Universidade e sociedade*. Ano VI N° 11, junho, 1996.
- DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. *Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 6, n. 11, p. 64–77, dez. 2009.
- DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. Brasiliense, 2007.
- _____. Deficiência e Políticas Sociais - entrevista com Colin Barnes. *SER Social*, Brasília, v. 15, n. 32, p. 237-251, jan./jun. 2013
- ENGELS, F. *A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Boitempo, 2010.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Globo. 2008
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- NEPOMUCENO, M. F.; ASSIS, R. M.; CARVALHO-FREITAS, M. N. Apropriação do Termo "pessoas com deficiência". *Revista Educação Especial*. 2020
- OLIVER, M; BARNES, Colin. *Disabled People and Social Policy. From exclusion to inclusion*. London, Longman, 1998.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1978
- SANTOS, S. M. M. *Luta de Classes e a questão da diversidade humana: debate atual e perspectivas político-teóricas*. Trabalho necessário, 2019.
- UPIAS. *Fundamental Principles of Disability*. London: The Disability Alliance, 1976
- WOOD, Ellen. *Democracia contra o capitalismo*. Boitempo, 2006.